

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0010028-22.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença Contra A Fazenda Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **PAULO HENRIQUE PIOVESAN JÚNIOR**
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença proposto pela Defensoria Pública em face do Município de São Carlos, relativo às verbas de sucumbência.

O executado, devidamente citado efetuou o pagamento conforme comprovante de depósito juntado às folhas 58.

Agora, a Defensoria Pública pugna extinção dos presentes autos.

Eis a síntese do necessário.

DECIDO.

Considerando a satisfação da obrigação pelo executado e a concordância da exequente, julgo extinto o presente cumprimento de sentença o que faço por analogia e com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

Determino ainda que a Defensoria Pública informe a agência, conta corrente, favorecido, CNPJ, remetente e respectivo CPF para que a serventia possa oficial determinando a transferência do numerário depositado.

Oportunamente arquivem-se os autos.

P.I.

São Carlos, 09 de novembro de 2016.

Juiz de Direito: Dr. **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**